GRUPO PARLAMENTAR
DO PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

Intervenção
de Encerramento do Debate das Propostas de Plano e Orçamento para 2003 e de Reprogramação do PMP 2001-2004 por parte do GPPS/Açores

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

No momento em que se encerra o debate sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2003 e de Reprogramação financeira do Plano de Médio Prazo 2001-2004 é a altura de chegarmos a algumas conclusões que, em nosso entender, os 3 dias de discussão permitem formular.

A primeira ideia que nos parece essencial referir neste momento, tem a ver com a postura com que o Governo Regional se apresentou em todo este processo.

E refiro-me a todo este processo, uma vez que a forma como foi encarada a situação conducente, nomeadamente, à apresentação da Reprogramação Financeira do PMP tem, desde logo, um claro significado político, em especial, nos tempos que correm.

Do debate, parece-nos resultar com clareza, para além de ser por todos reconhecido, que a conjuntura que hoje se vive é substancialmente diferente daquela que se nos apresentava quando foi elaborado e aprovado o Plano de Médio Prazo.

Se é certo que alguns dos factores que conduzem a esta situação derivam de razões objectivas, outros há, convém não esquecê-lo, que têm a sua razão de ser, directa e imediata, no comportamento do Governo da República PSD/PP e no seu desprezo pelas Autonomias Regionais.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Tudo isto são factores que, como dizia, o debate permitiu tornar ainda mais claros e perceptíveis para todos.

Sendo esta situação como é, dois caminhos se apresentavam ao Governo Regional:

- Um seria o de fingir que nada acontecia e actuar como se nada disso tivesse influência, não só nos sinais que a Administração Regional dá à iniciativa privada, mas também na disponibilidade de receitas de que ela própria dispõe para fazer face às necessidades da nossa Região;
- Outro caminho, bem mais árduo e corajoso, seria o de assumir prontamente que os pressupostos que presidiram a uma determinada previsão de receitas e, consequentemente, à realização de investimentos, se haviam alterado.

Em conformidade com isto, o passo seguinte seria apresentar, não só a esta Assembleia, mas sobretudo aos agentes económicos um quadro, não mais realista do que inicialmente se havia apresentado, – pois o problema não é, nem nunca foi o de falta de realismo nas previsões -, mas simplesmente actualizado.

É, pois, com satisfação que constatamos que o VIII Governo Regional manteve, como é seu timbre, uma postura de transparência, de rigor e de verdade para com os açorianos e para com este Parlamento.

No momento em que, no País, parece aderir-se a uma política de esconde esconde orçamental, no momento em que temos um

Governo da República que demasiado facilmente cede à tentação de dar o dito pelo não dito, este valor da verdade na política que transparece da actuação política do Governo Regional não é, seguramente, de menosprezar.

E não se diga, como alguns de fraca memória parecem tentados a fazer, que ao Executivo não restava outra hipótese. A História demonstra, a história dos executivos regionais anteriores a 1996 demonstra claramente que, embora as situações o justificassem, outros houve que não assumiram esta política de verdade.

É, assim, num exercício de responsabilidade política e como resultado de um comportamento de rigor e de verdade que estes documentos chegaram a este Plenário para serem apreciados.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Um dos aspectos que importa esclarecer e que já foi, por diversas e bastas vezes repetido nos debates sectoriais que se desenvolveram ao longo destes três dias, tem a ver com as razões que levam o Governo Regional a apresentar uma reprogramação do PMP 2001-2004.

Nesta questão, não deixa de ser elucidativa a forma como alguns partidos da oposição se têm perfilado nesse debate e na análise destas razões.

Veja-se, por exemplo, o PSD/Açores, que no seguimento dum estilo destrutivo, de crítica permanente e cerrada, defende que toda esta situação se deve ao Governo Regional. Este partido da oposição parece apostado em enveredar no seu discurso por uma cópia de má qualidade do argumentário que o PSD a nível nacional desenvolveu relativamente ao Governo da República do PS.

O autismo e a incapacidade duma análise lúcida e objectiva da situação financeira da nossa Região persiste teimosa e incompreensivelmente como uma obsessão da liderança desse partido.

Com esse comportamento, o PSD/Açores revela uma incapacidade e inexperiência que cada vez mais impossibilitam uma análise correcta da nossa situação e, sobretudo, parece ser um obstáculo intransponível para esse partido poder contribuir para a resolução dos problemas dos Açores.

Ao maior partido da oposição exige-se muito mais!

Na verdade, a questão tem-se colocado de forma notória e cada vez mais transparente da postura deste partido quando, conhecedor das medidas injusta e arbitrariamente aplicadas à Região e do seu efeito na nossa situação financeira, se remete ao discurso de exigir sempre mais e mais do Governo Regional.

É legítimo advogar o reforço de meios para sectores ou actividades, é compreensível o desejo de afectar mais dinheiro a esta ou àquela área. Mas não é isto que temos presenciado com algumas das intervenções que aqui têm sido feitas.

Aquilo a que temos assistido é a uma sucessão de birra política em que alguns se resumem a querer mais e mais e a bater o pé quando se lhes responde que não é possível atender de imediato a essas solicitações.

Ou então, duma forma simplista e falaciosa, queixarem-se de que há uma redução aqui de tantos por cento, uma redução acolá de outros tantos por cento, omitindo de forma consciente e malévola, as razões para tais cortes.

Não é possível, não é do ponto de vista político honesto dirigir ao Governo Regional a bateria de críticas que lhe têm sido dirigidas, ao mesmo tempo que se remete ao silêncio, ou pior, a uma cumplicidade activa, com um dos Governos mais centralistas que as regiões autónomas já conheceram.

Sejamos Claros:

Este é um mau Governo para o País e, por isso um mau Governo para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Não perceber isto, ou pior, perceber e não querer admiti-lo acaba por ter nefastas consequências na credibilidade do discurso político.

Essa irresponsabilidade de análise acaba por ter uma sequência lógica, mas nem por isso, menos dramática das propostas apresentadas.

Propostas que denotam o facilitismo de soluções drásticas, a irresponsabilidade de quem não procedeu a uma valoração dos interesses em causa nesses documentos, propostas que se desmascaram na sua intenção mais de criar dificuldades ao Governo do que defender os interesses dos Açores.

Há algo de que o PSD/Açores fugiu neste debate. A incapacidade de reconhecer a responsabilidade que as medidas do Governo da República têm na actual conjuntura não permitem ao PSD o encarniçado ataque ao Governo Regional.

A coragem que o Governo Regional tem para reconhecer que existem outros factores responsáveis pela necessidade da

reprogramação para além das medidas da República, faltou, na exacta medida, ao PSD/Açores para que este reconhecesse que são também medidas do Governo da República as responsáveis por esta situação.

Esta circunstância, clara na forma como revela o sentido de responsabilidade de cada um, acaba por ser sintomática da forma como decorreu todo o debate.

Mas não só o PSD/Açores parece alinhar nessa perspectiva.

O CDS/PP, apesar de ter mais presente a necessidade de defesa dos interesses dos Açores, não resistiu a enveredar pelo mesmo caminho.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Vamos ao que interessa e que não é seguramente a forma atabalhoada como o PSD/A se apresentou neste debate.

No meio de todo este desnorte e de todo este afã de bota-abaixo, o Governo Regional surge como um referencial de ponderação, de rigor e de capacidade de decisão. E é exactamente de rigor, de

ponderação e de capacidade de decisão que falam os documentos que hoje acabamos de analisar e que nos preparamos para votar.

Antes com calamidades naturais que sobrelevaram as adversidades políticas, hoje com uma calamidade política na República que sobreleva as adversidades naturais, o Governo Regional surge, com redobrado dinamismo e vigor, firme e resoluto no cumprimento de um projecto que foi sufragado pelos açorianos. Surge, com redobrada determinação, empenhado em continuar a Mudar os Açores.

Se dúvidas houvesse sobre a determinação do VIII Governo Regional, é, exactamente, em situações de conjuntura menos favorável que se torna mais patente a constatação de que temos um Governo capaz, competente e com capacidade de realização para transformar para melhor a nossa economia e a nossa sociedade, para transformar para melhor os Açores.

As propostas que analisámos dão bem conta que o projecto da Nova Autonomia continua válido, continua realizável e a ser realizado e, sobretudo, continua a ter quem dele cure no sentido do seu aprofundamento e constante melhoria.

Estas propostas não pretendem acudir à pressa e a uma situação de desregulação da nossa situação financeira. Estas propostas são para evitar que a nossa situação financeira fique desregulada.

Estas propostas não são para responder a uma situação de crise económica ou sequer de crise nas finanças públicas regionais. Estas propostas são para evitar que cheguemos a uma situação de crise de finanças ou económica.

Estas propostas não são para adaptar a realidade ao comportamento da Administração Regional e ao comportamento dos agentes económicos. Estas propostas são para que esse comportamento fique conforme às nossas disponibilidades, fique conforme àquilo que podemos assumir do ponto de vista financeiro.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Nesta asserção tão simples e tão fácil, reside, porém, uma grande diferença de entendimento entre o Partido Socialista e alguns partidos da Oposição. Estes querem considerar a região em crise profunda e irreversível, assumindo a derrota ao primeiro sinal de alarme.

Nós recusamo-nos, teimosa e persistentemente, a desistir de lutar pelos Açores.

Podemos ter um Governo da República que nos prejudica.

Podemos ter alguns partidos da Oposição regional que nos querem prejudicar.

Pode a conjuntura ser mais ou menos desfavorável.

Mas há algo com que os Açorianos podem contar : O Partido Socialista e o Governo Regional não arredam pé deste trabalho em prol da nossa Região.

Este Governo e este Grupo Parlamentar não surgiram nesta Assembleia amedrontados ou desanimados com as dificuldades que, umas decorrem da natureza das coisas, e outras decorrem do comportamento do Governo da República.

Se algum dos partidos da Oposição alimentou, porventura, a secreta esperança de que o Partido Socialista surgisse aqui desanimado, cansado, exaurido nas suas forças, desengane-se!

O nosso objectivo não é algo de tão comodista como estar no poder!

O nosso objectivo é mudar os Açores, é mudar a Economia, é mudar as Obras Públicas, é a mudar a Saúde, é mudar a Educação,

é mudar a Agricultura, é mudar para melhor as condições de vida dos açorianos, é mudar para melhor o prestígio da nossa Região!

É, por isso, que aqui ninguém desiste e quanto maiores os obstáculos maior a determinação, a vontade e a coragem em vencê-lo!

O Governo Regional e o Partido Socialista mantêm-se firmes, unidos e determinados na primeira linha deste combate. Um combate que não é contra ninguém, mas sim um combate pelos Açores!
Hoje, como sempre, respondemos presente, dando o melhor do nosso esforço e do nosso saber para este magnífica tarefa.

Não nos acomodamos, não nos resignamos, não baixamos os braços, não desistimos, não desanimamos porque os açorianos merecem esse trabalho, porque os Açores precisam de resultados, porque somos capazes de cumprir essa tarefa!

Disse !

Horta, Sala das Sessões, 13 de Novembro de 2002

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores
Vasco Alves Cordeiro